

Publicado no Quadro de Avisos  
da Prefeitura Municipal de Itaquitanga,  
conforme Lei Orgânica Municipal.

Em, 16/09/2013

  
Paulo Antonio de Souza  
Secretário de Administração

LEI Nº. 659/2013.

**Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2014, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA, Estado de Pernambuco**, no uso das atribuições legais, fundamentado pelos artigos 40 (Caput) e 61, IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

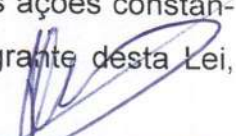
**CAPITULO I**  
**Seção Única**  
**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, a Proposta Orçamentária do Município de Itaquitanga, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2014, será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária;
- II – a estrutura e a organização do orçamento;
- III – as alterações na legislação tributária do Município;
- IV – as diretrizes relativas às despesas do Município com pessoal e encargos;
- V – as diretrizes gerais relativas à execução orçamentária;
- VI – a participação da população e das audiências públicas;
- VII – a celebração de operações de crédito;
- VIII – as disposições gerais.
- IX- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos.

**CAPÍTULO II**  
**Seção Única**  
**Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal**

**Art. 2º.** O Município de Itaquitanga executará, no exercício de 2014, as ações constantes no Anexo de Metas e Prioridades, que passa a fazer parte integrante desta Lei, tendo como prioridades:



I – a valorização do ser humano e a melhoria da qualidade de vida, por meio da inclusão social e implementação de políticas públicas de forma eficiente, eficaz e com efetividade em todas as áreas e setores;

II – a participação da sociedade na administração e gestão pública, com transparência e controle social, por meio de diálogo permanente com servidores e servidoras, cidadãos e cidadãs em fóruns, conselhos e conferências setoriais, sindicatos, associações, entidades e organizações não-governamentais;

III – o desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental planejado, integrado e implementado por meio de políticas públicas estruturantes.

§ 1º A lei orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no “caput” deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal;  
e

IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o “caput” deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2014, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

### **CAPITULO III**

#### **Seção Única**

#### **Das Metas e Riscos Fiscais**

Art. 3º. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integra esta lei os seguintes anexos:

I – de Riscos Fiscais;

II – de Metas Fiscais;

Parágrafo único. Para efeito das disposições do inciso II, deste artigo, consta do demonstrativo de metas fiscais, os seguintes anexos:

- I - Metas Anuais, contendo:
  - a) Metas Anuais de Receita;
  - b) Metas Anuais de Despesa;
  - c) Resultado Primário;
  - d) Resultado Nominal;
  - e) Montante da Dívida.
  
- II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III - Metas anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V - Origem e aplicação dos recursos com alienação de ativos;
- VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
- VII - Projeção atuarial do RPPS;
- VIII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- IX - Margem de expansão das despesas de caráter obrigatório;
- X - Metodologia de cálculo das metas anuais de receita e despesa.

## **CAPÍTULO IV**

### **Seção I**

#### **Da Estrutura e Organização do Orçamento do Município**

Art. 4º. A elaboração da lei orçamentária deverá pautar-se pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas às suas diversas etapas, inclusive por meio de audiências públicas.

§ 1º - Para assegurar a transparência e a ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas, de forma regionalizada e individualizada, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I – os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II – as prestações de contas e respectivos pareceres prévios;
- III – o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV – o Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 5º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional específica, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo ser observados os objetivos abaixo especificados:

- I – responsabilidade na gestão fiscal;

- II – desenvolvimento econômico e social, visando à redução das desigualdades;
- III – eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde e de educação;
- IV – ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;
- V – articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;
- VI – acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade;
- VII – preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e das manifestações culturais.

§1º No projeto de lei orçamentária, a destinação de recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

§2º As ações dos programas prioritários integrarão a proposta orçamentária para 2014, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados.

§ 3º As fontes de recursos destinam-se a indicar à origem das receitas que financiarão as despesas previstas na Lei Orçamentária, destacando os recursos ordinários, que são aqueles arrecadados pelo Tesouro Municipal, as receitas próprias diretamente arrecadadas pelas entidades supervisionadas e as receitas provenientes de convênios e operações de crédito.

Art. 6º. Integrarão a proposta orçamentária do Município para 2014:

- I - Projeto de lei;
- II - Anexos;
- III - Justificativa

§1º O texto da lei orçamentária conterá as disposições permitidas pelo §8º, do art. 165 da Constituição Federal e disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será por meio de quadros orçamentários consolidados, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320/64 e outros estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de: anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária;
- III - Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2011 e 2012, bem como a estimativa para 2013;
- IV - Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2011 e 2012, e fixada para 2013;
- V - Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada para manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2014, bem como o percentual orçado para aplicação no referido exercício, consoante art. 212 da Constituição Federal;

VI - Demonstrativo consolidado do percentual das receitas indicadas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal e das despesas fixadas na proposta orçamentária para 2014 destinadas às ações e serviços de saúde;

VII - Demonstrativos dos recursos destinados ao atendimento e desenvolvimento de programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;

VIII - Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, anexo I da Lei 4.320/64;

IX - Receitas segundo as categorias econômicas, anexo 2 da Lei 4.320/64;

X - Receita consolidada por categorias econômicas, anexo 2 Lei 4.320/64;

XI - Natureza da despesa por categoria econômica, por unidade orçamentária, anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

XII - Natureza da despesa consolidada por categoria econômica, anexo 2 da Lei 4.320/64;

XIII - Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projeto, atividade e operação especial, por unidade orçamentária, anexo 6 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, sub-funções, projetos e atividades, anexo 7 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo, anexo 8 da Lei 4.320/64;

XVI - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, anexo 9 da Lei 4.320/64;

XVII - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com prioridades, objetivos e metas desta Lei;

XVII - Demonstrativo para atendimento do § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 7º O orçamento de cada um dos órgãos da Administração Direta e seus fundos, bem como o das entidades autárquicas e fundações, discriminarão suas despesas nos seguintes níveis de detalhamento:


I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão detalhada por grupo de natureza e modalidade de aplicação;

III - despesa por unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, detalhando os programas segundo projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 8º. Em cumprimento ao disposto no *caput* e na alínea "e" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 9º. A lei orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, no valor, máximo, de 5,0% (cinco inteiro por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



Parágrafo único. Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, o saldo remanescente poderá ser utilizado para a cobertura de créditos adicionais, conforme disposições do art. 5.º, inciso III, da LC n.º 101/00.

Art. 10. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. O disposto no “caput” deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 11. Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária para 2014, com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

Parágrafo único. Poderão ser estimadas receitas e fixadas despesas no orçamento para 2014, destinadas aos investimentos constantes no PPA citados no *caput*, em valores superiores aqueles estimados nos anexos desta Lei, desde que haja perspectiva de transferências voluntárias para o Município superiores a estimativa constante nesta LDO.

Art. 12. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas, reguladas pela Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 13. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos, regulados pela Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 14. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e previdenciária, em tramitação.

§ 1º. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.



§ 2º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas ou sejam parcialmente aprovadas, até 31 de dezembro de 2013, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas no todo ou em parte, conforme o caso, mediante decreto.

Art. 15. O projeto de lei orçamentária poderá computar na receita:

I - operação de crédito autorizada por lei específica, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

II - operações de crédito a serem autorizadas na própria lei orçamentária, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

III - os efeitos de programas de alienação de bens imóveis, móveis e de incentivo ao pagamento de débitos inscritos na dívida ativa do Município.

Art. 16. As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos e serviços públicos efetivamente realizados, bem como de campanhas de natureza educativa ou preventiva, excluídas as despesas com a publicação de editais e outras legais.

Art. 17. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Parágrafo único. Poderão constar da proposta orçamentária dotações para programas, projetos e atividades constantes de projeto de lei de alteração do plano plurianual em tramitação na Câmara de Vereadores.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Seção II**

#### **Dos Créditos Adicionais**

Art. 18. No texto da Lei Orçamentária para o exercício de 2014 conterà autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de até quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n.º 043/2001, do Senado Federal, bem como da legislação aplicável à matéria.

Art. 19. Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por Decreto Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do *caput* deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM, PROVIAS e outros;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

§ 3º. Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício poderão ser reabertos até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 4º. Dentro do mesmo grupo de despesa e na mesma unidade, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de elementos de despesa, sem onerar o percentual de suplementação.

Art. 20. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional, respeitada a Portaria SOF n.º 42/1999.

Art. 21. Não se incluem no limite de suplementação, previsto no Art. 18 da presente Lei, as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo;



- VI – despesas vinculadas a convênios, bem como sua contrapartida;
- VII – incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2013, do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior às previsões de despesas fixadas na Lei de Orçamento.

Art. 22. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

§1º No processamento do orçamento e da contabilidade será utilizado software de contabilidade e orçamento público que deverá:

I - processar a contabilidade em partidas dobradas nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado;

II - possuir centro de custos que identifique os gastos para propiciar avaliação de resultados, nos termos do regulamento aprovado por Decreto;

III - atender a Lei 4.320/64, incluídas as disposições regulamentares e atualizações posteriores;

IV - permitir o processamento dos demonstrativos que integram os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, nos termos da regulamentação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos das unidades administrativas e gestoras na forma de crédito especial.

Art. 23. Para efeito da execução orçamentária, a discriminação, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de despesa das atividades, projetos e operações especiais constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no sistema informatizado de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.

## **CAPÍTULO IV**

### **Seção III**

#### **Das Transferências para o Setor Privado**

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser incluídos recursos destinados a clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Parágrafo-Único - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, artes, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

- I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial; ou.
- III. sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

**CAPÍTULO V**  
**Seção Única**  
**Das alterações na legislação tributária**

Art. 25. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e modernização da máquina arrecadadora, à alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo, bem como ao cancelamento de débitos cujo montante seja inferior aos respectivos custos de cobrança.

Art. 26. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 27. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Constará do orçamento dotações destinadas à implementação de programa de modernização do sistema de arrecadação, cobrança de tributos e da dívida ativa tributária.

**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção I**  
**Das despesas com pessoal**

Art. 28. O Poder Legislativo e Executivo, para fins de atendimento do disposto no inciso II, do § 1º do art. 169, da Constituição Federal, ficam autorizados a conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, funções, alterações na estrutura de carreira, bem como realização de concurso, admissões ou contratações de

pessoal a qualquer título, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 29. Observado o disposto no parágrafo único, do art. 28 desta lei, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei visando:

- I - à concessão e à absorção de vantagens e ao aumento de remuneração de servidores;
- II - à criação e à extinção de cargos públicos;
- III - à criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- IV - ao provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;
- V - à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público, por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público.
- VI - Instituição de Incentivos a demissão voluntária.

§ 1º. Fica dispensada do encaminhamento de projeto de lei a concessão de vantagens já previstas na legislação.

§ 2º. A criação ou ampliação de cargos deverá ser precedida da demonstração do atendimento aos requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º. Os projetos de lei previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios financeiros anteriores a sua entrada em vigor, podendo, contudo, retroagir a competência anterior dentro do mesmo exercício.

Art. 30. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo Chefe do Poder.

Art. 31. Para atendimento das disposições do art. 60, inciso XII, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19.12.2006, publicada no DOU em 20.12.2006, bem como para pagar o valor do salário mínimo a todos os servidores municipais, da forma definida no inciso IV, do art. 7º, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono salarial aos profissionais de magistério e aos servidores municipais, que serão compensados quando da concessão de reajuste autorizado por Lei.



Art. 32. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar n° 101/2000, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão tomadas de acordo com as disposições constitucionais pertinentes.

Art. 33. O Município poderá incluir na proposta orçamentária dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores.

**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção II**  
**Da previdência**

Art. 34. O Município poderá contratar serviços de consultorias e assessorias, contábeis, financeiras, atuariais, previdenciárias e jurídicas para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 35. Serão incluídas dotações no orçamento de 2014 para realização de despesas com cobertura de déficit e passivo atuarial do RPPS.

Art. 36. O Regime Próprio de Previdência Social será estruturado de acordo com a legislação vigente, especialmente no tocante a contabilidade previdenciária nos termos da legislação aplicável a matéria.

Art. 37. Os relatórios e demonstrativos exigidos pela legislação vigente serão publicados pelo gestor do RPPS, nas datas especificadas em lei e regulamento.

Art. 38. O orçamento da entidade previdenciária deverá integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. Adotar-se-á o conceito de Receita Intra-Orçamentária para contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação "91-Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social", conforme consta na Portaria Interministerial n° 688, de 14 de outubro de 2005.

**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção III**  
**Da saúde e educação**

Art. 39. A aplicação de receitas em ações e serviços de saúde, bem como de educação, serão demonstradas por meio da publicação dos Demonstrativos Anexo X e XVI do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, elaborados de conformidade com o Manual do Tesouro Nacional aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, que serão disponibilizados pelo Poder Executivo aos competentes conselhos de acompanhamento.

**CAPÍTULO IV**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção IV**  
**Dos suprimentos para o Legislativo**

Art. 40. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pelo Município até o dia vinte de cada mês, através de suprimento de fundos, nos termos art. 29-A, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 58/2009, devendo, a Câmara, providenciar o envio, à Prefeitura, dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado, nos termos das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1º - Especificamente no mês de Janeiro de 2014, o repasse dos duodécimos legislativos poderá ser feito na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2013, devendo ser ajustada em fevereiro de 2013, eventual diferença que venha a ser encontrada, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior.

§ 2º - O Poder Legislativo terá como limite de proposta orçamentária 2014 para despesas correntes e capital os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal.



**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção V**  
**Dos convênios com outras esferas de Governo**

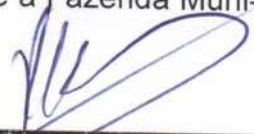
Art. 41. O Município poderá celebrar convênio com órgãos e entidades do Estado ou da União para cooperação técnica e financeira, na forma da Lei, bem como incluir dotações específicas para custeio de despesas resultantes destes convênios no orçamento de 2014.

Art. 42. Os convênios, contratos, acordos ou ajustes firmados com outras esferas de governo, dentre outros, destinar-se-ão a desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, preservação do meio ambiente, promoção de atividades geradoras de empregos no âmbito do Município e de atividades ou serviços cujas despesas são próprias de outros governos.

**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção VI**  
**Das subvenções**

Art. 43. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2014, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá:

- I - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;
- III - da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único, do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
- IV - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 15 de setembro de 2013;
- VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município;



VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

§1º Integrará o convênio, que formalizará a subvenção, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores.

§2º Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, o plano de trabalho de que trata o § 1º conterá objetivos, justificativas, metas a serem atingidas com a utilização dos recursos e cronograma de desembolso.

§3º Não constará da proposta orçamentária para o exercício de 2014, dotação para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

§4º Também serão permitidos repasses as instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural, esportiva e educacional, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta seção, no que couber.

§5º O Município poderá desenvolver PDDE local com recursos próprios, ficando as exigências limitadas aos requisitos mínimos estipulados no Programa Dinheiro Direto na Escola, para as unidades executoras.

§6º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§7º As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio.

## **CAPÍTULO VI**

### **Seção I**

#### **Das diretrizes relativas às despesas**

#### **Subseção VII**

#### **Dos consórcios**

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, conforme lei municipal específica e demais disposições legais aplicáveis.

§1º Estão incluídas na autorização do caput deste artigo ações e programas a serem executados em consórcios, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, com adequação local, para atendimento de objetivos públicos.

§2º Poderão ser consignadas dotações no orçamento do Município, destinadas à participação referenciada no *caput*, inclusive por meio de auxílios, contribuições e subvenções, bem como para execução de programas, projetos e atividades vinculadas aos programas objeto dos convênios, termos de parcerias e outros instrumentos formais cabíveis, respeitada a legislação aplicável a cada caso.

**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção VIII**  
**Dos Programas Assistenciais**

Art. 45. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, culturais e esportivos, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos, locais, para atendimento do disposto no art. 26 de Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Nos programas culturais de que trata o *caput*, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades cívicas, folclóricas, festa do padroeiro e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos, onde se inclui esporte solidário e educacional, consoante disposições do art. 217, da Constituição Federal e regulamento local.

**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção IX**  
**Dos Precatórios**

Art. 46. O orçamento para o exercício de 2014 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100, da Constituição Federal e art. 87, do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

Parágrafo único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário ao Município, até 1º de julho de 2013, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2014, conforme determina a Constituição Federal.

Art. 47. Constituem débitos e/ou obrigações judiciais de pequeno valor, nos termos do art. 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos decorrentes de sentenças judiciais com trânsito em julgado, consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior R\$ 2.300,00(Dois mil e trezentos reais).





**CAPÍTULO VI**  
**Seção I**  
**Das diretrizes relativas às despesas**  
**Subseção X**  
**Das OSs e das OSCIPs**

Art. 48. A eventual realização de termos de parcerias, contratos de gestão e congêneres, com Organização Social e/ou com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, deverá observar as disposições da Resolução TCE n.º 20, de 21 de setembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

**CAPÍTULO VII**  
**Seção Única**  
**Da execução Orçamentária**  
**Subseção I**  
**Das despesas novas**

Art. 49. Para geração de despesa nova, o Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n.º 101/2000, deverá ser elaborado e publicado da forma definida na alínea "b" do inciso "I" do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 50. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam o limite estabelecido nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93, modificada pelas Leis n.º 8.883, de 08.06.94, n.º 9.648 de 27.05.98 e n.º 9.854, de 27.10.99 e atualizações posteriores.

**CAPÍTULO VII**  
**Seção Única**  
**Da execução Orçamentária**  
**Subseção II**  
**Da limitação de empenho**

Art. 51. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Executivo fixará a programação financeira e o cronograma de execução de desembolso, com o objetivo de compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

Parágrafo único. Nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 52. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no

Anexo de Metas Fiscais desta lei, poderá ser promovida à limitação de empenho e movimentação financeira nos 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 1º. A limitação a que se refere o "caput" deste artigo será fixada em montantes por Poder e por órgão, respeitando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais de execução, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 2º. Os órgãos deverão considerar, para efeito de contenção de despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente e despesas correntes não afetadas a serviços básicos.

§ 3º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 4º. Em caso de ocorrência da previsão contida no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contingenciar o orçamento.

§ 5º. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 53. A limitação do empenho ou de despesa deverá ser equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista para o bimestre.

Art. 54. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal.

**CAPÍTULO VII**  
**Seção Única**  
**Da execução Orçamentária**  
**Subseção III**  
**Dos orçamentos dos fundos**

Art. 55. Os orçamentos dos fundos municipais deverão integrar a proposta orçamentária por meio de unidades gestoras supervisionada.

§ 1º. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação, consoante estimativa da receita, à Secretaria de Finanças do Município, até 30 (trinta) dias antes da data prevista para entrega do projeto de lei do orçamento de 2014 ao Poder Legislativo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

§ 2º. Os fundos que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras serão gerenciados pelo Prefeito do Município, até que exista ordenador de despesas formalmente designado.

§ 3º. É vedada a vinculação de percentuais de receita a fundos e despesas, ressalvadas as disposições do inciso IV, do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 56. Os fundos municipais terão suas receitas e despesas, especificadas no orçamento, vinculadas aos seus objetivos, identificados na legislação pertinente e nos planos de aplicação, estes representados por planilhas de despesa com identificação das classificações funcional, programática, categoria econômica, metas e fontes de financiamento.

Art. 57. Os repasses de recursos aos fundos constarão da programação de que trata o art. 51, desta Lei, por meio de transferência financeira, condicionada a execução e das ações constantes no orçamento do fundo.

Art. 58. O orçamento do Regime Próprio de Previdência Social será elaborado nos termos desta Lei, observada as disposições da legislação específica.

Art. 59. Poderão constar da proposta do orçamento anual para 2014, unidades orçamentárias destinadas:

- I - à manutenção e desenvolvimento educação básica e valorização dos profissionais da educação, com recursos do FUNDEB e do Tesouro Municipal;
- II - ao Fundo Municipal de Saúde, com recursos do SUS e do Município;
- III - ao Fundo Municipal de Assistência Social, com recursos do FNAS e do Tesouro Municipal;
- IV - ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos repassados, bem como, do Tesouro Municipal;
- V - as demais autarquias, fundações e fundos municipais criados por meio de Lei específica.

## CAPÍTULO VIII Seção Única

### Da participação da população e das audiências públicas

Art. 60. A comunidade participará da elaboração do orçamento do Município por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

- I - ao Poder Executivo, até primeiro de setembro de 2013, junto à Secretaria de Finanças;
- II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão.

Parágrafo único. Para fins de realização de audiência pública será observado:

- I - Quanto ao Poder Legislativo:

- a) determinar que a condução da audiência fosse feita por meio da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;
- b) convocar a audiência com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis;

II - Quanto ao Poder Executivo:

- a) receber comunicação formal da data da audiência;
- b) disponibilizar, no prazo máximo de 2 (dois) dias antes da audiência, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborados nos termos das Portaria STN nº 637, de 18 de abril de 2012.

**CAPÍTULO IX**  
**Seção Única**  
**Da celebração de operações de crédito**

Art. 61. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2014, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

Parágrafo único. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2014, autorização para celebração de operação de crédito por antecipação de receita, que, se realizada, obedecerá às exigências da Lei Complementar nº 101/2000, do Banco Central do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Senado Federal, e, ainda, deverá ser quitada, integralmente, dentro do exercício.

Art. 62. Poderão ser consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais relacionadas com operações de crédito de antecipação de receita orçamentária – ARO e de longo prazo, contratadas ou em processo de contratação junto ao BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, destinados à execução de Programas de Modernização Administrativa e Incremento de Receita, do tipo PMAT, PNAFM, PROVIAS e similares, bem como outros das linhas de infraestrutura, habitação, saneamento e reequipamento.

§ 1º. As operações de crédito obedecerão a LC 101/2000, as Resoluções 40 e 43 do Senado Federal, às disposições do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, e ainda, a regulamentação nacional específica.

§ 2º. A implantação dos programas citados no *caput* depende da aprovação pelo órgão financiador do projeto, enquadrado nas normas próprias.

§ 3º. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisará ser autorizada pela Câmara Municipal de Vereadores.

**CAPÍTULO X**



### Seção Única Das disposições gerais

Art. 63. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014, será entregue ao Poder Legislativo até o dia 05 de outubro de 2012 e deverá ser devolvida para sanção até cinco de dezembro, conforme dispõe o inciso III, do § 1º, do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/2008.

Art. 64. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2014, será entregue ao Poder Executivo até 05 de agosto de 2013, para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária.

Art. 65. As emendas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos somente poderão ser aprovadas quando atenderem as disposições do § 3º, do art. 166, da Constituição Federal, sejam compatíveis com o Plano Plurianual, com a LDO e que:

I - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e encargos;
- b) serviço da dívida.

II - estejam relacionados:

- a) com a correção de erros ou omissões, ou;
- b) com os dispositivos do projeto de lei.

Art. 66. Os autógrafos da lei orçamentária serão enviados ao Poder Executivo no prazo estipulado no inciso III, do § 1º, do art. 124, da Constituição do Estado de Pernambuco, devidamente consolidados, tanto no que se refere ao texto do projeto de lei como em todos os anexos, com o teor das emendas devidamente aprovadas na Câmara Municipal.

Art. 67. Caso a devolução do orçamento para sanção do Prefeito deixe de ser feita ao Poder Executivo, no prazo legal, ou os autógrafos da lei orçamentária sejam encaminhados sem consolidação das emendas realizadas no texto e nos anexos, o Poder Executivo adotará as recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco acerca da matéria, inclusive quanto à promulgação da proposta orçamentária como Lei.

Art. 68. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, sejam aditivas, supressivas ou modificativas, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º, do art. 66, da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.



§ 1º. As emendas à Proposta Orçamentária ficam limitadas a 3% (três por cento) desta, ficando vedadas as emendas de redução das dotações de pessoal e contratos de duração continuada.

§ 2º. O veto às emendas mencionadas no *caput* restabelecerá a redação inicial do projeto de lei orçamentária enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, devendo ser sancionado da forma original.

§ 3º. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente poderão ser aprovadas caso atendam às disposições contidas na Lei do Plano Plurianual 2014/2017, referente ao exercício de 2014, no art. 127, § 3º, da Constituição Estadual.

Art. 69. A execução do orçamento e do planejamento governamental do Município, no exercício de 2014, seguirá as disposições desta Lei e de seus anexos, para o acompanhamento da programação orçamentária e financeira, com vistas à obtenção dos resultados previstos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Art. 70. São identificadas como áreas finalísticas da atuação do Município, aquelas que buscam atender a uma necessidade ou demanda da sociedade mediante um conjunto articulado de projetos, atividades e ações relacionadas com a produção de um bem ou serviço para a população.

Art. 71. Os programas que envolvam atividades finalísticas poderão ser administrados por gestores de programas governamentais, nomeados pelo Prefeito do Município na forma da Lei.

Art. 72 Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar n. 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

**Parágrafo único.** No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 73. Integram esta Lei os anexos abaixo, com respectivos demonstrativos:

- I - Anexo de Prioridades (ANEXO I);
- II - Anexo de Metas Fiscais (ANEXO II);
- III - Anexo de Riscos Fiscais (ANEXO III).

Art. 74. Para adequação orçamentária decorrente de mudança na estrutura administrativa determinada por Lei, fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2014 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e

entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos e descritores, metas e objetivos, fontes de recursos e modalidade de aplicação.

Art. 75. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for sancionado/promulgado até o dia 1º de janeiro de 2014, a programação constante do Projeto encaminhado pelo Poder Executivo poderá ser executado em cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

Art. 76. A população poderá ter acesso às prestações de contas por meio de consulta direta, nos termos do art. 49, da LC 101/2000, somente no âmbito na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 77. Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar no 101, de 2000, encaminharão ao Poder Legislativo os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

§ 1º. O encaminhamento do RREO e do RGF ao TCE-PE, de que trata esta Resolução, dar-se-á exclusivamente de forma eletrônica, via SISTN, mediante a homologação da respectiva declaração, nesse sistema.

§ 2º. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, de que trata o artigo 52 da LRF, abrange todos os Poderes e Órgãos e será consolidado pelos respectivos chefes do Poder Executivo Municipal, através de sistema eletrônico padronizado para o Poder Executivo Municipal.

§ 3º. O Poder Executivo Municipal publicará o RREO e o RGF juntamente com os demonstrativos constantes dos artigos 53 e 54 da LRF, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre respectivamente, e o encaminharão ao TCE-PE, nos termos do parágrafo 1º, do art.77, até o décimo quinto dia útil após o encerramento do prazo legal para sua publicação.

§ 4º. Em atendimento ao disposto no artigo 48, incisos II e III e artigo 48-A da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo divulgará as informações referentes à execução orçamentária e financeira e à situação patrimonial das respectivas unidades gestoras/ e ou supervisionadas em sistema eletrônico padronizado na esfera municipal.



Art. 78. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Itaquiunga, em 06 de Setembro de 2013.



**PABLO JOSÉ DE OLIVEIRA MORAES**  
Prefeito



**ANEXO DE PRIORIDADES**  
**ANEXO I**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 01 – Legislativa</b>
01.01	Promover Melhorias na estrutura física da Câmara
01.02	Modernizar as atividades gerais da Câmara municipal
01.03	Permitir o regular funcionamento das atividades do Poder Legislativo, incluindo contratação de assessoria e consultoria
01.04	Contribuir para o aperfeiçoamento das ações governamentais e para que haja racionalidade e otimização no processo decisório

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 04 – Administração</b>
04.01	Manter o regular funcionamento dos diversos órgãos e unidades da Administração Pública, proporcionando a eficiência e efetividade do gasto público e melhorias nos serviços postos à disposição da comunidade
04.02	Aquisição e/ou locação de computadores, software, hardware e periféricos para eficientizar os serviços da administração pública
04.03	Aquisição e/ou locação de veículos, máquinas e equipamentos diversos para órgãos e entidades administrativas
04.04	Aumentar a transparência dos Atos do Poder Executivo, por meio da divulgação institucional, produção de material publicitário nos diversos meios de comunicação, em cumprimento ao princípio constitucional da Publicidade, disponibilizar amplo acesso às contas públicas, de acordo com a LRF
04.05	Capacitar os servidores públicos municipais, com o propósito de aperfeiçoar suas habilidades e conhecimentos para melhoria dos serviços ofertados a comunidade
04.06	Modernizar os diversos tipos de controle exigidos pela legislação, dentre eles o sistema de controle interno, protocolo central e orientar a Administração Municipal para atingir os resultados pretendidos na gestão
04.07	Cooperação Técnica e Financeira com outros governos para melhorar os serviços públicos oferecidos à população
04.08	Reestruturação da Guarda Municipal
04.09	Estruturar espaço físico para abrigar os diversos conselhos instituídos no Município e apoiá-los em suas ações de cidadania e controle social
04.10	Elaborar cadastro socioeconômico, com objetivo de formar banco de dados para institucionalizar o planejamento das ações de governo e desenvolvimento das políticas públicas no Município
04.11	Apoiar entidades sem fins lucrativos por meio de parcerias com instituições não-governamentais, com objetivo de eficientizar os serviços públicos
04.12	Elaborar cálculos e avaliação atuarial exigida pela Legislação, quando for manifestado o interesse de institucionalizar o Regime Próprio de Previdência Social

**ANEXO DE PRIORIDADES**  
**ANEXO I**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

04.13	Incrementar a cobrança de Receitas Municipais através de equipamentos de informática e mão-de-obra qualificada
04.14	Implementar atividades de interesse público em consórcio com outros Municípios
04.15	Realizar convênios com outros entes federados nas áreas de Justiça e Segurança Pública
04.16	Executar projetos e atividades relacionadas com a conservação, modernização e ampliação do patrimônio público, por meio de sistema de controle patrimonial, incluindo aquisição ou locação de equipamentos, software, capacitação de pessoal responsável pelo inventário e tombamento de bens móveis e imóveis

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 06 – Segurança Pública
06.01	Propiciar maior segurança à população por meio de cooperação técnica e financeira com o Estado e ampliação do policiamento no Município e implantação da Defesa Civil

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 08 – Assistência Social
08.01	Realizar ações de incentivo ao cadastramento dos beneficiários de serviços oferecidos pelo Município para propiciar conhecimento dos mesmos e suas necessidades físicas e materiais, promovendo a capacitação dos favorecidos, bem como os profissionais envolvidos no atendimento ao Sistema Único de Assistência Social no Município
08.02	Executar Obras de Construção, reforma, ampliação e/ou melhorias em imóveis destinados a assistência social geral, à criança e adolescente, ao jovem e ao idoso
08.03	Promover ações que incentivem o regular funcionamento dos conselhos assistenciais instituídos no Município, por meio de capacitações, palestras, conferências e participação popular
08.04	Identificar e cadastrar 100% da população de baixa renda do Município a ser beneficiada com o Programa Bolsa Família e fiscalizar o cumprimento de suas condicionais, a aplicação de recursos e meios para realizar mutirões de implementação dos direitos de cidadania em parceria com órgãos, outras instituições e o comércio local
08.05	Oferecer espaço de acolhida emergencial, conceder benefícios de apoio à moradia e ofertar serviços sócio-assistenciais às vítimas de calamidades públicas no âmbito do Município
08.06	Atender às crianças carentes por meio de ações sócio-educativas e capacitação dos monitores, ministradores de oficinas e cursos e outros profissionais envolvidos na Erradicação do Trabalho Infantil no Município
08.07	Fomentar os atendimentos em domicílio e/ou no CRAS aos portadores de necessidades especiais, assegurando a oferta de serviços psicossociais, jurídicos e a defesa dos direitos, inclusive com adaptação de imóveis
08.08	Atender as pessoas idosas em suas necessidades, por meio da melhoria dos serviços ofertados, reformar, reequipar e/ou adaptar o CRAS, garantindo acessibilidade aos

**ANEXO DE PRIORIDADES**  
**ANEXO I**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

	idosos e a continuidade de projetos assistenciais, culturais e comunitários junto a este público
08.09	Conservar, ampliar as ações do Programa de Atenção Integral a Família – PAIF, assistir as famílias carentes do município em especial àquelas cadastradas pelo CRAS, promover cursos para qualificação profissional, geração de emprego e renda, formação cidadã, fazer visitas e entrevistas domiciliares
08.10	Promover ações de inclusão produtiva no programa Pernambuco no batente, com manutenção de espaço físico, seleção de educandos, distribuição de material didático e oferecimento de cursos versando sobre educação ambiental, artesanato, cabeleireiro, iniciação à informática, cidadania e direitos humanos, empreendedorismo e economia solidária com o objetivo de inserir profissionalmente os alunos qualificados tecnicamente durante o curso
08.11	Organizar as ações necessárias ao início efetivo do programa Projeto de Vida, com estabelecimento de parcerias para elaboração de planos de inclusão produtiva, monitoramento e entrega de material didático
08.12	Capacitar técnicos para atuar como agentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ministrar palestras para beneficiários do BPC e seus familiares e viabilizar vias de acesso e atendimentos em órgãos públicos
08.13	Implantar centro de distribuição alimentar para atender às famílias carentes constantes no cadastro mantido pelo Município, com o objetivo de disponibilizar alimentação digna aqueles que estão em situação de pobreza, com distribuição de cestas básicas, doação de pescados, dentre outros gêneros alimentícios, bem como as ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
08.14	Implantar e manter centro profissionalizante para capacitação de jovens e adultos para o mercado de trabalho e geração de emprego e renda
08.15	Construir cisternas nas comunidades carentes
08.16	Construir ou reformar e reequipar prédio para funcionamento de Centro Comunitário de Desenvolvimento, com o objetivo de assistir a população carente do Município
08.17	Promover assistência ao menor carente, assegurar o desenvolvimento integral da criança valorizando a convivência social e familiar do menor em situação de risco físico e social
08.18	Garantir proteção especial a crianças e adolescentes em situação de abandono, apartados de seus pais e parentes por decisão judicial ou ausência de condições familiares de guarda, com a aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto para adolescentes
08.19	Elevar o grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação e a formação profissional dos jovens entre 15 e 29 anos em parceria com órgãos e instituições de todas as esferas de governo para implementação do ProJovem
08.20	Realização de ações voltadas a Atenção Integral a Mulher em parceria com outros entes federados



**ANEXO DE PRIORIDADES**  
**ANEXO I**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 09 – Previdência Social
09.01	Operacionalizar o sistema de previdência municipal, prover de meios e materiais necessários ao funcionamento do RPPS

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 10 – Saúde
10.01	Implantar as ações destinadas à operacionalização do novo modelo estabelecido para o SUS, denominado PACTO PELA SAÚDE e GESTÃO DO SUS por meio de blocos financeiros
10.02	Manutenção e ampliação do programa de atenção básica de saúde
10.03	Ampliação e manutenção das equipes de Estratégia de Saúde da Família
10.04	Ampliação e manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
10.05	Assistência farmacêutica, por meio de fornecimento de medicamentos básicos
10.06	Prevenção de riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos a vigilância sanitária
10.07	Prevenção e controle de doenças, surtos e epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna
10.08	Ampliação e manutenção do programa de saúde bucal
10.09	Manter o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde e ampliar o atendimento
10.10	Apoio ao paciente em tratamento fora do domicílio
10.11	Atenção a população com serviços especializados de saúde
10.12	Promoção da alimentação saudável, prevenindo e controlando os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição
10.13	Imunização da população de diversas doenças tais como: poliomielite, gripe, tétano, rubéola, febre amarela, raiva e outras
10.14	Aperfeiçoamento e modernização do sistema de saúde, a fim de proporcionar a regulamentação do funcionamento das atividades administrativas do SUS
10.15	Promover campanhas educativas periódicas e trabalhos para conscientização, prevenção e tratamento de doenças diversas junto aos adolescentes, inclusive as sexualmente transmissíveis
10.16	Vigilância, prevenção e atenção em HIV / AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis
10.17	Atenção à população demandatária de serviços médicos e odontológicos através de policlínicas
10.18	Garantia do atendimento móvel de urgência, diminuindo o risco de morte e sequelas
10.19	Atendimento a população com serviços especializados odontológicos
10.20	Atenção a saúde da mulher através de acompanhamento ginecológico e prevenção do câncer de colo do útero e de mama
10.21	Implantação e manutenção do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

**ANEXO DE PRIORIDADES**  
**ANEXO I**  
**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

10.22	Atendimento a população que sofre de distúrbios mentais, visando sua reintegração social
10.23	Ampliação e recuperação da rede física de saúde para melhorar o atendimento da população
10.24	Apoio a entidades de saúde sem fins lucrativos do município para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população
10.25	Implantação e manutenção da saúde do Escolar, visando identificar e corrigir, de forma precoce, problemas que possam comprometer o processo de aprendizagem, e diminuição dos índices de repetência e evasão escolar
10.26	Estímulo a participação da sociedade civil organizada na formulação e acompanhamento das políticas de saúde, através das instâncias deliberativas do Sistema único de Saúde (SUS)
10.27	Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde
10.28	Nortear a prática de saúde pela humanização e a qualidade da assistência a ser prestada a população
10.29	Reorganização das ações de saúde, através de uma proposta inclusiva, na qual os homens considerem os serviços de saúde também como espaços masculinos e, por sua vez, os serviços de saúde reconheçam os homens como sujeitos que necessitem de cuidados
10.30	Promoção do envelhecimento saudável e a manutenção da máxima capacidade funcional do indivíduo que envelhece, pelo maior tempo possível, valorização da autonomia ou autodeterminação e a preservação da independência física e mental do idoso
10.31	Atenção a saúde da criança através do incentivo ao aleitamento materno, visando diminuir a mortalidade infantil em crianças até um ano de idade
10.32	Construir e reorganizar sistemas de informação mais eficientes que possam subsidiar o gerenciamento local
10.33	Garantir atenção integral as gestantes fortalecendo os vínculos afetivos para redução da mortalidade infantil e materna
10.34	Incorporação da temática ambiental nas práticas de saúde pública, visando diminuir a afetação da saúde causada por riscos ambientais
10.35	Ampliação do acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento devido ao alto custo desses produtos, através da Farmácia Popular do Brasil
10.36	Assistência terapêutica através de medicamentos fitoterápicos auxiliando no tratamento de várias doenças
10.37	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 11 – Trabalho
11.01	Realizar parcerias e/ou convênios com outros governos, empresas locais, SEBRAE, SENAC, SESC, SESI dentre outros Institutos para capacitação de estagiários, de jovens e adultos, proporcionando a inserção no mercado de trabalho, com o intuito de gerar emprego, renda, qualidade de vida e combate da pobreza

**ANEXO DE PRIORIDADES  
ANEXO I  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 12 – Educação</b>
12.01	Oferecer serviços de transporte escolar, com qualidade e regularidade para todos os estudantes de escolas públicas com dificuldades de deslocamento
12.02	Fornecer alimentação escolar de qualidade aos estudantes da Rede Municipal de Ensino (Pré-escolar, Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos)
12.03	Oferecer 100% de matrícula na demanda populacional do município que se enquadra na Educação Básica, manter qualitativamente o funcionamento dos prédios escolares vinculados ao ensino e apoiar o censo escolar
12.04	Construção e ampliação de escolas, salas de aula e aplicar metodologia de micro-planejamento para mapeamento da rede física escolar, definir plano de conservação e recuperação de imóveis, equipar e reequipar unidades escolares da Educação Básica
12.05	Fomentar atividades direcionadas para a Educação Especial, com aquisição de material pedagógico, qualificação através de formação continuada dos profissionais de educação que atuam na Educação Especial e adequação de espaços escolares
12.06	Oferecer meio de transporte aos estudantes universitários do Município, bem como aquisição de veículos para este fim
12.07	Assistência e ajuda de custo aos alunos comprovadamente carentes do Município, por meio de auxílio financeiro equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da mensalidade do curso
12.08	Adquirir equipamentos didático-pedagógicos que serão utilizados para reestruturação da Educação Básica no Município
12.09	Criação de unidades executoras para escolas com mais de 50 (cinquenta) estudantes e/ou consorciá-las, transferir os recursos necessários para a sua manutenção, em contrapartida ao Programa Dinheiro Direto na Escola
12.10	Oferecer subsídios para orientação e atualização de instrumentos legais de planejamento do sistema de ensino, tais como: Plano Municipal de Educação e Plano de Cargos e Carreira, com objetivo de modernizá-los
12.11	Adquirir material permanente: máquinas, veículos, móveis, equipamentos em geral, hardware e software de informática, utensílios para a Educação
12.12	Qualificar os educadores da Rede Municipal de Ensino, utilizando materiais produzidos pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, buscar subsídios para a discussão e elaboração de um planejamento da formação continuada e oferecer cursos e aperfeiçoamento profissional
12.13	Adequar unidades escolares às condições mínimas para atender a expansão do Ensino Fundamental em 09 anos e implantação de Escolas em tempo integral, reestruturar a proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino
12.14	Mapear por formação inicial e continuada os profissionais de serviço e apoio escolar, oferecer cursos de formação continuada e contratar profissionais especializados para a formação em toda rede, realizar encontros pedagógicos para efetivar as ações propostas no planejamento do ensino, acompanhamento e apoio aos coordenadores e/ou supervisores pedagógicos
12.15	Apoiar as entidades educacionais sem fins lucrativos do Município para melhorar o atendimento aos alunos da rede pública

**ANEXO DE PRIORIDADES  
ANEXO I  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

12.16	Executar as ações definidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), buscar apoio junto ao MEC para viabilizar a execução das ações que demandam recursos financeiros e qualificar os profissionais envolvidos na metodologia PDE-ESCOLA
12.17	Construir ou adequar espaços para a prática de esportes nas dependências das escolas, adotando os padrões mínimos e considerando a acessibilidade aos alunos com necessidades especiais
12.18	Manter em regular funcionamento a educação a nível médio no Município
12.19	Implantar e manter unidades de ensino técnico e profissionalizante
12.20	Oferecer apoio financeiro e logístico para propiciar qualificação aos professores da rede municipal em nível de graduação e pós-graduação

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 13 – Cultura
13.01	Executar projetos de Reforma, ampliação e/ou melhorias na Biblioteca Pública Municipal e outros imóveis vinculados a Cultura
13.02	Realizar festividades cívicas, artísticas, manifestações culturais e eventos constantes do calendário turístico e cultural do município, adquirir material para decoração temática das festividades
13.03	Aquisição, construção, reforma e/ou ampliação de imóveis destinados ao funcionamento de museus, casas do artesanato, bibliotecas municipais e outros, aquisição de instrumentos musicais para manutenção da banda municipal

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 15 – Urbanismo
15.01	Executar projetos de construção, recuperação e ampliação da pavimentação granítica e outros tipos de revestimento para vias públicas, praças, parques, cemitérios, jardins, e outras áreas de lazer
15.02	Executar obras em pontes, passagens molhadas, acessos públicos e outros, bem como aquisição, desapropriação e demolição de imóveis para abertura de vias públicas
15.03	Construir, desapropriar, ampliar e/ou reformar imóveis para regular execução de programas, projetos e atividades
15.04	Aquisição, locação e manutenção de máquinas pesadas, para utilização na execução de obras no Município



**ANEXO DE PRIORIDADES  
ANEXO I  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 16 – Habitação</b>
16.01	Executar projetos habitacionais, incluindo construção, reforma e melhoria de moradias destinadas à população de baixa renda, distribuição de kits de material de construção em geral, inclusive com parceria com outros governos

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 17 – Saneamento</b>
17.01	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares, privadas higiênicas em diversas localidades da zona rural, bem como outros sistemas antipoluentes
17.02	Construção, ampliação, reforma ou recuperação de sistema de saneamento urbano e privadas higiênicas

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 18 – Gestão Ambiental</b>
18.01	Construção, ampliação e recuperação de adutoras, barragens, poços, cisternas e equipamentos diversos destinados ao abastecimento de água regular as famílias carentes do Município
18.02	Execução de projeto para implantação de Usina de Compostagem de Lixo, implantação de outros tipos de sistemas de tratamentos de resíduos sólidos e construção de aterro sanitário e biodigestores
18.03	Realizar ações educativas voltadas para a preservação do meio ambiente, elaborar estudos técnicos e projetos ambientais para recuperação de áreas degradadas

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 19 – Ciência e Tecnologia</b>
19.01	Implantação e manutenção de espaços comunitários de Inclusão digital (Telecentros) em escolas da educação básica e bibliotecas públicas, para permitir o acesso e utilização de novas tecnologias pela população
19.02	Execução de ações em parceria com órgãos e instituições de todas as esferas de governo e iniciativa privada para implementação do programa de Apoio à Inovação Tecnológica

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014</b>	
<b>Nº da Ação</b>	<b>Função: 20 – Agricultura</b>
20.01	Executar a limpeza de açudes, ampliação de pequenas barragens, poços artesianos e custear abastecimento d'água emergencial quando necessário
20.02	Imunizar animais com vista a reduzir a transmissão de doenças à população, realização de campanhas e propiciar melhores condições sanitárias ao rebanho



**ANEXO DE PRIORIDADES  
ANEXO I  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

20.03	Realizar projetos de capacitação, cursos, seminários para modernização das técnicas de plantio, aração de terras e preparo do solo, distribuir fertilizantes, sementes e mudas, fornecer equipamentos e implementos agrícolas e custeio de aração de terra para plantio
20.04	Construção de parque para exposição de animais, promoção de feiras, exposições e reforma de currais de animais
20.05	Elaborar e executar projetos por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)
20.06	Ampliar a oferta do abastecimento de produtos primários
20.07	Transportar alimentos, preservando a limpeza e a higiene
20.08	Implantação e parceria técnico-financeira com o Estado e União para desenvolvimento de ações do programa Mais Alimentos
20.09	Promover feiras e exposições, com o objetivo de melhorar a genética do rebanho local para ampliar a produção de carne, leite e derivados
20.10	Fomentar as estruturas associativistas e cooperativistas rurais, apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo do agronegócio, realizar estudos de viabilidade econômica

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 22 – Indústria
22.01	Executar projetos, estudos para implantação de infra-estrutura de apoio a industrialização
22.02	Implantar projetos para formação de gestores e empreendedores no Município, com o objetivo de realizar eventos de capacitação de micro e pequenos empreendedores em convênio com o SESI, SESC, SENAI, SEBRAE, Instituições Universitárias e de pesquisas para desenvolver potencialidades locais

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 23 – Comércio e Serviços
23.01	Implantar infra-estrutura turística para exploração de potencial do Município como atividade econômica, criar espaços de lazer e entretenimento para a população, realizar eventos festivos, folclóricos, tradicionais e artísticos

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

Nº da Ação	Função: 25 – Energia
25.01	Aquisição de postes, fios, transformadores e outros materiais e utensílios necessários a instalações elétricas, urbanas e rurais

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014**

ANEXO DE PRIORIDADES  
ANEXO I  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 26 – Transportes
26.01	Executar projetos de abertura, recuperação e melhoria de estradas vicinais
26.02	Executar projetos para melhorar o trânsito e oferecer maior conforto a população
26.03	Construção de Garagem para os veículos desta edilidade

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014	
Nº da Ação	Função: 27 – Desporto e Lazer
27.01	Desenvolver e incentivar a prática de esporte amador no Município e oferecer a população espaços de lazer
27.02	Apoiar e incentivar os eventos esportivos, fornecer materiais esportivos e incentivar as equipes esportivas do município
27.03	Apoiar as entidades sem fins lucrativos do Município, em atividades culturais, folclóricas e esportivas



## Anexo II

### Metas Fiscais

(Art. 4o, § 2o, inciso I, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014, LDO-2014, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2014 e indica as metas de 2015 e 2016. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal do governo nos últimos tempos é de promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado e socialmente justo. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o governo procura criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB, a redução das taxas de juros e a melhora do perfil da dívida pública. Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são indicativos, por sofrerem influência de fatores fora do controle direto do governo.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País, por meio da eliminação de gargalos logísticos. O governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e Elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com objetivo de aumentar o universo de

contribuintes e permitir a redução da carga tributária sobre os diversos segmentos da sociedade. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de gestão e controle, com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade.

Por sua vez, as políticas sociais redistributivas, como os programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo, têm contribuído para o desenvolvimento econômico com maior justiça social e para o aumento da demanda interna. Esta última também tem se fortalecido por meio do aumento do investimento público federal, cujo montante mais que dobrou passando de 1,6% do PIB em 2003 para 3,3% do PIB em 2011 e 3,6% em 2012. O sucesso da consolidação da estabilidade econômica, levada a cabo nos últimos anos, combinado com o esforço de ampliação dos investimentos na revitalização da infraestrutura física no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 e com a melhora no rendimento das famílias nas camadas mais pobres, criou condições para crescimento mais acelerado da economia.

Em 2011, o Produto Interno Bruto cresceu 2,7% em decorrência das medidas adotadas no final de 2010 e começo de 2011 para enfrentar a aceleração da inflação no começo do ano de 2011.

Em 2012, o produto interno produto cresceu 0,9% afetado pelo cenário externo adverso, em decorrência de novo recrudescimento da crise financeira internacional e das incertezas decorrentes deste.

Em meados de 2011, as projeções de mercado eram de crescimento de quase 3,0% no PIB dos EUA e de expansão de 1,8% no PIB da Área do Euro1, ambos para 2012. Ao longo de 2012 a crise financeira se intensificou na Área do Euro em função: (i) da desaceleração econômica observadas na Alemanha, França e Reino Unido, com impactos nos demais países da Área do Euro; (ii) do aumento das dívidas da Espanha e Itália, com queda no PIB destes países e aumento do desemprego; (iii) da deterioração dos fundamentos macroeconômicos de países menores da Área do Euro. Em decorrência destes eventos houve redução na classificação da dívida da França pelas três principais agências de classificação de risco e deterioração das expectativas dos agentes.

Nos EUA, o impasse entre republicanos e democratas no debate da questão fiscal e a incerteza constante adicionada à economia em função do que ficou denominado de “Abismo Fiscal” ajudaram a deteriorar as expectativas dos agentes econômicos, em adição ao cenário incerto existente na Área do Euro. O resultado deste cenário adverso evidenciou-se no PIB; em 2012 o PIB dos EUA cresceu 2,2% e o PIB da Área do Euro caiu 0,5%.

Os países emergentes também foram afetados por cenário adverso. Houve menor crescimento na China, Índia, África do Sul e outros países. Entre as expectativas de crescimento formadas em meados de 2011 para o crescimento econômico em 2012 e o observado. Na China o PIB cresceu 7,8% ante previsão de 9,0%, na Índia o PIB cresceu 5,0% frente a previsão de 7,6%, e, na África do Sul o PIB cresceu 2,5% ante previsão de 3,6%.

O desempenho da economia mundial afetou a economia brasileira por diferentes canais de transmissão, com destaque para o comércio exterior e o estado de confiança dos empresários. O comércio mundial caiu e a crise europeia aumentou as incertezas dos agentes econômicos ao redor do mundo. Além disso, as políticas monetárias de aumento da liquidez (quantitative easing) dos países desenvolvidos inundaram os mercados financeiros internacionais, levando a fluxos de capitais que apreciam as moedas das economias emergentes e dificultam o manejo da política monetária nestes países.

O aumento das incertezas dos agentes quanto à evolução futura da economia e da demanda acabaram afetando a produção industrial, que se retraiu 0,8% em 2012 frente a 2011, e gerando ociosidade na capacidade produtiva instalada. A antecipação de compras de veículos ao final de 2011 somou-se à incerteza quanto à evolução da economia e à ampliação da capacidade instalada ociosa, afetando a decisão de investir dos empresários, o que provocou queda no investimento da economia, apesar do aumento do investimento público.

No setor externo, um dos impactos da crise, fica evidenciado na queda do valor exportado, que somou US\$ 242,6 bilhões em 2012, redução de US\$ 13,5 bilhões frente a 2011. Com isto houve redução de US\$ 10,4 bilhões no superávit da balança comercial, principal contribuição para a pequena elevação do déficit em transações correntes. O saldo negativo em transações correntes, contudo, foi financiado pelo forte

ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País, US\$ 65,3 bilhões, próximo do recorde histórico de 2011 (US\$ 66,7 bilhões) e mantendo a participação do Brasil no fluxo global de investimentos acima de 4,0%.

A estabilidade macroeconômica, a solidez institucional e o dinâmico mercado interno explicam, em parte, o aumento do IED. Esses criam fundamentos para o crescimento econômico sustentado, que gera maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais, assim como a maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, essa maior rentabilidade e o crescimento sustentado tornam a economia brasileira mais atrativa para o investidor estrangeiro e para novos projetos. Ademais, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 378,6 bilhões) permitiu que o Brasil mantivesse a posição de credor externo líquido em 2012, com o montante de ativos externos superando em US\$ 72,9 bilhões os passivos. A manutenção de contas externas equilibradas, aliada à responsabilidade fiscal e monetária, contribuiu para que o risco-país se mantivesse abaixo da média das demais economias emergentes.

A percepção do Governo Brasileiro quando às consequências da crise permitiu a adoção de medidas econômicas tempestivas para mitigar parte dos efeitos deste novo acirramento da crise financeira internacional, com destaque para: (i) redução do IPI de diversos bens, com ênfase em veículos e eletrodomésticos; (ii) desoneração tributária de diversos setores; (iii) aquisição pública de máquinas e equipamentos; (iv) concessões de obras de infraestrutura; e (v) reformas no sistema financeiro que permitiram a redução da taxa Selic. Tais medidas ocasionaram uma queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Adicionalmente, a atuação da política monetária tornou-se menos restritiva desde agosto de 2011, com redução da taxa de juro básica da economia e reversão de diversas medidas macro prudenciais que encareciam o crédito. Em outubro de 2012, a taxa Selic atingiu 7,25%, a menor taxa dos últimos 15 anos.



Assim, a demanda doméstica manteve-se robusta, especialmente o consumo das famílias, em grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão do crédito. O consumo das famílias cresceu 3,1%

mitigando a redução na demanda mundial e permitindo acentuado ajuste de estoques na indústria nacional e a retomada do crescimento econômico a partir do segundo semestre de 2012, com aumento da produção industrial e recuperação do investimento no 4º trimestre do ano.

Em 2012, a dívida líquida do setor público manteve trajetória descendente, caindo de 36,4% do PIB em 2011 para 35,2% em 2012. Ademais, o governo tem conseguido diminuir os riscos de refinanciamento e de mercado da dívida, ao melhorar o perfil de vencimentos, bem como ao reduzir a vulnerabilidade da dívida federal a flutuações nas variáveis econômicas (câmbio e juros). Assim, o País conseguiu manter, em 2012, a melhora na composição da dívida pública mobiliária federal (DPMF), alcançada nos últimos anos. Foi possível, inclusive, manter a tendência de redução de títulos remunerados a indexadores considerados mais voláteis. Verificou-se, também, a permanência da política de alongamento do prazo médio.

As perspectivas para 2013 indicam crescimento real do PIB de 3,5%. A estimativa de crescimento neste patamar caracteriza-se pela convergência da expansão para taxas mais próximas do PIB potencial, ou seja, do crescimento sustentável, que deve ser atingido em 2014.

A demanda doméstica apresenta-se robusta, o investimento continuará se destacando como principal indutor do crescimento da economia, voltando a crescer quase o dobro do crescimento do PIB. Da mesma forma, o consumo das famílias será novamente impulsionado pelo mercado de trabalho forte, com aumento da população ocupada, desemprego baixo, crescimento da renda e expansão do crédito. Esse ambiente tende a ganhar força com a demanda doméstica sendo impulsionada, entre outros, pelos efeitos defasados das ações de política econômica implementadas.

Do lado da oferta, projeta-se retomada da atividade industrial em 2013, uma vez que a desaceleração desta no primeiro semestre de 2012 ocorreu com concomitante aumento no consumo das famílias, reduzindo os estoques, o que cria espaço para

elevação da produção. Adicionalmente, o governo ampliou o leque de medidas adotadas para garantir o aumento da competitividade da indústria nacional, com destaque para o Plano Brasil Maior, adoção de margens de preferência, desonerações tributárias para diversos setores, redução da tarifa de energia elétrica, câmbio mais

competitivo, concessões de obras de infraestrutura, reforma de marcos regulatório de setores importantes na área de logística e juros reais mais baixos.

Além do aumento da produção industrial e dos serviços amparada pela demanda doméstica robusta, destaca-se a produção agrícola, que em 2013 deve apresentar nova safra recorde, somando 183,4 milhões de toneladas de grãos, alta de 13,2% frente a 2012. Destaque para feijão, com aumento de 18,6%, soja com alta de 26,8%, trigo (12,4%) e arroz (4,6%).

Apesar da situação financeira internacional incerta, o preço das commodities agrícolas permanece estável em patamar elevado e o preço de bens manufaturados apresenta tendência de queda, fato que gera dois grandes benefícios: (i) gera ambiente externo com perspectiva deflacionária; e (ii) mantém os termos de troca brasileiros em patamar elevado. Esses termos de troca ajudam a manter o superávit comercial e a reduzir o custo das importações. Além disto, o maior volume de reservas internacionais e a condição de credor líquido em moeda estrangeira reduziram o custo do financiamento externo, inclusive para empresas privadas, e aumentaram a capacidade do País de enfrentar períodos com restrição de liquidez externa.

Ao lado da política macroeconômica, a execução da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) implicará o aumento do investimento público em infraestrutura, especialmente em moradia, saneamento, transporte e energia, de forma a garantir elevadas taxas de crescimento sem gerar pressões inflacionárias. O aumento do investimento público será feito sem prejuízo à política fiscal, que continuará comprometida com a sustentabilidade da dívida pública.

Diante deste cenário, a projeção para a taxa de crescimento real anual do PIB é de 4,5% para 2014 (Tabela 1), sendo mais elevada no ano de 2015 em virtude do efeito arrasto em decorrência das obras para a Copa do Mundo de futebol a ser realizada no Brasil. A taxa de inflação em 2014 deverá se manter consistente com a



meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. As estimativas de taxa de câmbio levam em consideração expectativas de mercado. Esse ambiente macroeconômico considera ainda uma progressiva queda das taxas de juros reais, incorporada nas projeções de mercado.

Quadro 1 – Parâmetros Macroeconômicos Projetados			
Variáveis	2014	2015	2016
PIB (crescimento real % a. a.)	4,5	5,0	4,5
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	7,28	7,19	7,22
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro) 2014	2,06	2,08	2,08

Para 2014, a meta de superávit primário está fixada em R\$ 167,4 bilhões para o setor público não-financeiro, o que equivale a 3,1% do PIB nominal estimado para o ano. A meta de superávit primário é mantida em 3,1% do PIB nos dois anos seguintes. A meta anual de superávit primário do Governo Central para 2014 é de R\$ 116,1 bilhões, equivalente a 2,15% do PIB estimado para o ano. Como nos anos anteriores, a meta do Governo Central poderá ser reduzida até o montante de R\$ 67,0 bilhões, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e às desonerações tributárias. A meta das empresas estatais federais, por sua vez, mantém-se em R\$ 0,0 para 2014 e para os próximos dois anos.

Quadro 2 – Trajetória Estimada para a Dívida Líquida do Setor Público e para o Resultado Nominal			
Variáveis (em % do PIB)	2014	2015	2016
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	3,1	3,1	3,1
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,29	0,26	0,24
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	30,09	28,4	26,4

Resultado Nominal	-0,70	-0,42	-0,36
-------------------	-------	-------	-------

\* Não considera a redução relativa ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O superávit primário de R\$ 167,4 bilhões, o crescimento real projetado da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público não-financeiro como proporção do PIB ao longo desse período (Tabela 2). Mesmo considerando o reconhecimento de passivos contingentes, a trajetória da dívida pública líquida como proporção do PIB permanece com tendência decrescente, passando de 36,4% em 2011 para 26,4% em 2016, o que poderá levar a um déficit próximo a zero no resultado nominal em 2016. Estes resultados, mais uma vez, confirmam o compromisso do governo com a estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado com inclusão social.



**Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2014**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
A não efetivação das Receitas de Capital - Recursos de Convênio com a União e o Estado. Demandas Judiciais	350.000,00	Adiamento de parte dos Investimentos programados para o exercício. Abertura de Créditos Adicionais	350.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	50.000,00	Abertura de Crédito Adicional	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>650.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>650.000,00</b>

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUATINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2014

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	36.110.652	37.806.690	4,70	39.506.727	4,50	42.130.325	6,64	45.248.978	7,40	47.842.865	5,73	
Receitas Primárias (I)	35.857.387	37.506.695	4,60	39.303.877	4,79	41.818.390	6,40	44.903.511	7,38	47.460.260	5,69	
Despesa Total	37.808.778	39.980.759	5,74	41.418.772	3,60	42.130.325	1,72	45.248.978	7,40	47.842.865	5,73	
Despesas Primárias (II)	37.153.030	38.909.488	4,73	40.251.085	3,45	40.857.547	1,51	44.703.978	9,41	47.330.865	5,88	
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	<b>-1.295.643</b>	<b>-1.402.793</b>	<b>8,27</b>	<b>-947.208</b>	<b>-32,48</b>	<b>960.843</b>	<b>-201,44</b>	<b>199.533</b>	<b>-79,23</b>	<b>129.395</b>	<b>-35,15</b>	
<b>Resultado Nominal</b>	<b>0</b>	<b>-27.724.734</b>		<b>-572.395</b>	<b>-97,94</b>	<b>-598.726</b>	<b>4,60</b>	<b>-626.267</b>	<b>4,60</b>	<b>-655.075</b>	<b>4,60</b>	
Dívida Pública Consolidada	11.931.120	15.454.514	<b>29,53</b>	16.165.422	4,60	16.909.031	4,60	16.103.913	-4,76	18.500.442	14,88	
Dívida Consolidada Líquida	15.281.356	-12.443.377	<b>-181,43</b>	-13.015.773	4,60	-13.614.498	4,60	-13.040.695	-4,21	-14.895.840	14,23	
VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	39.889.376	39.436.158	-1,14	39.506.727	0,18	40.277.557	1,95	41.356.655	2,68	41.804.413	1,08	
Receitas Primárias (I)	39.609.608	39.123.233	-1,23	39.303.877	0,46	39.979.341	1,72	41.040.905	2,66	41.470.098	1,05	
Despesa Total	41.765.198	41.703.930	-0,15	41.418.772	-0,68	40.277.557	-2,76	41.356.655	2,68	41.804.413	1,08	
Despesas Primárias (II)	41.040.831	40.586.486	-1,11	40.251.085	-0,83	39.060.752	-2,96	40.858.536	4,60	41.357.035	1,22	
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	<b>-1.431.223</b>	<b>-1.463.253</b>	<b>2,24</b>	<b>-947.208</b>	<b>-35,27</b>	<b>918.588</b>	<b>-196,98</b>	<b>182.369</b>	<b>-80,15</b>	<b>113.063</b>	<b>-38,00</b>	
<b>Resultado Nominal</b>	<b>0</b>	<b>-28.919.670</b>		<b>-572.395</b>	<b>-98,02</b>	<b>-572.395</b>	<b>0,00</b>	<b>-572.395</b>	<b>0,00</b>	<b>-572.395</b>	<b>0,00</b>	
Dívida Pública Consolidada	13.179.627	16.120.604	<b>22,31</b>	16.165.422	<b>0,28</b>	16.165.422	<b>0,00</b>	14.718.652	-8,95	16.165.422	9,83	
Dívida Consolidada Líquida	16.880.442	-12.979.687	<b>-176,89</b>	-13.015.773	<b>0,28</b>	-13.015.773	<b>0,00</b>	-11.918.933	-8,43	-13.015.773	9,20	

FONTE: Secretária Municipal de Fazenda.

LDU - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

RRF, art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO		PREVISTO		PREVISTO		PREVISTO		PREVISTO		%
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016	2016	2016		
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>35.489.111</b>	<b>37.943.286</b>	<b>39.197.926</b>	<b>39.819.647</b>	<b>43.791.054</b>	<b>47.999.980</b>	<b>47.999.980</b>	<b>47.999.980</b>	<b>4.208.926</b>	<b>9,61</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	20.332.337	21.880.172	22.974.180	23.433.664	25.777.030	28.354.733	28.354.733	28.354.733	2.577.703	10,00	
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	95.000	102.000	102.000	102.000	7.000	7,37	
Outras Despesas Correntes	15.156.774	16.063.114	16.223.745	16.385.983	17.919.024	19.543.246	19.543.246	19.543.246	1.624.223	9,06	
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.319.667</b>	<b>2.037.473</b>	<b>2.220.846</b>	<b>2.336.469</b>	<b>1.561.557</b>	<b>1.571.578</b>	<b>1.571.578</b>	<b>1.571.578</b>	<b>10.020</b>	<b>0,64</b>	
Investimentos	1.663.919	966.202	1.053.160	1.063.691	1.111.557	1.161.578	1.161.578	1.161.578	50.020	4,50	
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	
Amortização de Dívida	655.748	1.071.272	1.167.686	1.272.778	450.000	410.000	410.000	410.000	-40.000	-8,89	
<b>RESERVAS (III)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	
Reservas de Contingência	0	0	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	0	0,00	
<b>TOTAL DA DESPESA (I+II+III)</b>	<b>37.808.778</b>	<b>39.980.759</b>	<b>41.418.772</b>	<b>42.206.116</b>	<b>45.402.611</b>	<b>49.621.557</b>	<b>49.621.557</b>	<b>49.621.557</b>	<b>4.218.946</b>	<b>9,29</b>	

Pessoal e Encargos Sociais	VALOR NOMINAL R\$		VARIACAO %
	2011	2012	
Metas Anuais	20.332.337	21.880.172	7,61
2011	20.332.337	21.880.172	7,61
2012	21.880.172	22.974.180	5,00
2013	22.974.180	23.433.664	2,00
2014	23.433.664	25.777.030	10,00
2015	25.777.030	28.354.733	10,00
2016	28.354.733		

Meta Taxa Selic (%) - Média Top -5	Índice	
	2010	2011
Período	11,21	10,75
2011	11,21	10,75

Juros e Encargos da Dívida	VALOR NOMINAL R\$		VARIACAO %
	2011	2012	
Metas Anuais	0	0	#DIV/0!
2011	0	0	#DIV/0!
2012	0	0	#DIV/0!
2013	0	0	#DIV/0!
2014	0	0	#DIV/0!
2015	95.000	102.000	7,37
2016	102.000		

Nota: Previsão de aumento relativamente constante com base na projeção da Taxa Selic, descontando a inflação.

Outras Despesas Correntes	VALOR NOMINAL R\$		VARIACAO %
	2011	2012	
Metas Anuais	15.156.774	16.063.114	5,98
2011	15.156.774	16.063.114	5,98
2012	16.063.114	16.223.745	1,00
2013	16.223.745	16.385.983	1,00
2014	16.385.983	17.919.024	9,36
2015	17.919.024	19.543.246	9,06
2016	19.543.246		

Nota: Previsão de Despesas acima da projeção do índice inflacionário IPCA/IBGE.

R\$ 1,00

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUATINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2014

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2011
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	0
Novas DOCC geradas por PPP	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

FONTE: Orçamento 2011 - Anexo Previsão de Receita 2012

**Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA**  
 2014

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
NADA PREVISTO						
<b>TOTAL</b>						-

FONTE:

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012	2011	2010
	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2012	2011	2010
	(a)	(b)	(c)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2012	2011	2010
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: PCA - 2010/2011/2012TCE -PE

Nota : Nenhum processo de alienação de ativos foi registrado.



Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUATINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2014

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	52.500.000	-	37.806.690	-	-14.693.310	-38,86
Receitas Primárias (I)	52.025.300	-	37.506.695	-	-14.518.605	-38,71
Despesa Total	52.500.000	-	39.980.759	-	-12.519.241	-23,85
Despesas Primárias (II)	51.366.000	-	38.909.488	-	-12.456.512	-24,25
<b>Resultado Primário (III) = (I-II)</b>	<b>-703.989</b>	-	<b>-1.402.793</b>	-	<b>-698.804</b>	<b>99,26</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>856.802.305</b>	-	<b>-27.724.734</b>	-	<b>-884.527.039</b>	<b>-103,24</b>
Dívida Pública Consolidada	12.493.319	-	15.454.514	-	2.961.195	23,70
Dívida Consolidada Líquida	12.493.319	-	-12.443.377	-	-24.936.696	-199,60

FONTE: Lei Orçamentária 2012 e PCA/2012 - TCE PE

Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2014

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	42.130.325	40.085.942	-	45.248.978	41.159.906	-	47.842.865	41.804.413	-
Receitas Primárias (I)	41.818.390	39.789.144	-	44.903.511	40.845.658	-	47.460.260	41.470.098	-
Despesa Total	42.130.325	40.085.942	-	45.248.978	41.159.906	-	47.842.865	41.804.413	-
Despesas Primárias (II)	40.857.547	38.874.926	-	44.703.978	40.664.157	-	47.330.865	41.357.035	-
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	<b>960.843</b>	<b>914.218</b>	-	<b>199.533</b>	<b>181.501</b>	-	<b>129.395</b>	<b>113.063</b>	-
<b>Resultado Nominal</b>	<b>-598.726</b>	<b>-575.145</b>	-	<b>-626.267</b>	<b>-569.672</b>	-	<b>-655.075</b>	<b>-572.395</b>	-
Dívida Pública Consolidada	16.909.031	16.088.517	-	17.686.847	16.103.913	-	18.500.442	16.165.422	-
Dívida Consolidada Líquida	-13.614.498	-12.953.852	-	-14.240.765	-13.040.695	-	-14.895.840	-13.015.773	-

Fonte:

\* Projeção do PIB Estadual não foi divulgado pelo IBGE até a presente data.

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

Período	Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil - JULHO/2012.		Projeção do PIB Nacional (%)	
	Índice	Banda	Índice	Banda
2009	5,90	-	5,10	-
2010	4,31	-	0,20	-
2011	6,15	2,00	5,50	2,00
2012	5,10	2,00	4,50	2,00
2013	4,60	2,00	4,50	2,00
2014	4,60	2,00	4,50	2,00

Metodologia de Cálculo dos

Valores Constantes:

<b>2012</b>	Valor Corrente/1,05100
<b>2013</b>	Valor Corrente/1,094116
<b>2014</b>	Valor Corrente/1,144445

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2014

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2011	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-26.125.919	100,00	-40.412.178	100,00	-58.739.147	100,00
Reservas	0	-	0	-	0	-
Resultado Acumulado	0	-	0	-	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>-26.125.919</b>	<b>100,00</b>	<b>-40.412.178</b>	<b>100,00</b>	<b>-58.739.147</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2011	%	2012	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos						
<b>TOTAL</b>						

FONTE: PCA 2008/2009/2010 TCE - PE

## LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2014

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUATINGA

## Memória de Cálculo de Meta Fiscal - Montante da Dívida e Resultado Nominal

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011 (c)	2012 (d)	2013 (e)	2014 (e)	2015(f)	2016(g)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>11.931.120</b>	<b>15.454.514</b>	<b>16.165.422</b>	<b>16.909.031</b>	<b>17.686.847</b>	<b>18.500.442</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>-3.350.236</b>	<b>27.897.891</b>	<b>29.181.194</b>	<b>30.523.529</b>	<b>31.927.612</b>	<b>33.396.282</b>
Ativo Disponível	1.068.295	13.189.469	13.796.185	14.430.809	15.094.626	15.788.979
Haveres Financeiros	644.639	24.331.212	25.450.448	26.621.168	27.845.742	29.126.646
(-) Restos a Pagar Processados	5.063.170	9.622.789	10.065.438	10.528.448	11.012.756	11.519.343
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	<b>15.281.356</b>	<b>-12.443.377</b>	<b>-13.015.773</b>	<b>-13.614.498</b>	<b>-14.240.765</b>	<b>-14.895.840</b>
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0	0	0	0
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)</b>	<b>15.281.356</b>	<b>-12.443.377</b>	<b>-13.015.773</b>	<b>-13.614.498</b>	<b>-14.240.765</b>	<b>-14.895.840</b>
RESULTADO NOMINAL - VALOR R\$	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
		-27.724.734	-572.395	-598.726	-626.267	-655.075

\* Refere-se ao valor realizado da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2010.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

**LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA DE 2012**  
**Memória de Cálculo de Meta Fiscal -Resultado Primário**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011 (b)	2012 (c)	2013(d)	2014 (e)	2015(f)	2016(g)
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>36.110.652</b>	<b>37.806.690</b>	<b>39.506.727</b>	<b>42.130.325</b>	<b>45.248.978</b>	<b>47.842.865</b>
(-) Aplicações Financeiras	253.265	299.995	202.850	311.934	345.467	382.605
(-) Operações de Crédito	0	0	0	0	0	0
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0	0	0	0	0	0
(-) Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	0	0
(-) Dedução para o FUNDEB	2.333.551	2.471.014	2.784.033	3.098.638	3.377.515	3.571.188
<b>(=) RECEITA FISCAL (I)</b>	<b>33.523.835</b>	<b>35.035.681</b>	<b>36.519.844</b>	<b>38.719.752</b>	<b>41.525.996</b>	<b>43.889.073</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>37.808.778</b>	<b>39.980.759</b>	<b>41.418.772</b>	<b>42.206.116</b>	<b>45.402.611</b>	<b>49.621.557</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	95.000	102.000
(-) Amortização da Dívida	655.748	1.071.272	1.167.686	1.272.778	450.000	410.000
(-) Concessão de Empréstimos	0	0	0	0	0	0
(-) Títulos de Capital já integralizados	0	0	0	0	0	0
<b>(=) DESPESA FISCAL (II)</b>	<b>37.153.030</b>	<b>38.909.488</b>	<b>40.251.085</b>	<b>40.933.338</b>	<b>44.857.611</b>	<b>49.109.557</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>-3.629.194</b>	<b>-3.873.807</b>	<b>-3.731.241</b>	<b>-2.213.586</b>	<b>-3.331.615</b>	<b>-5.220.484</b>

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado primário foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN. OS dados para apuração do resultado primário foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas (vide os Demonstrativos I, II e III).

**Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2014**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>RECEITAS</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	640.516,60	713.879,60	424.298,95
RECEITAS CORRENTES	640.516,60	713.879,60	424.298,95
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	782.533,19	977.024,48	0,00
RECEITAS CORRENTES	782.533,19	977.024,48	0,00
Receita de Contribuições	782.533,19	977.024,48	0,00
Patronal	782.533,19	977.024,48	0,00
Pessoal Civil	782.533,19	977.024,48	0,00
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			40.475,89
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	647,24	8.153,74	6.910,56
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-27.428,89		
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>1.396.268,14</b>	<b>1.699.057,82</b>	<b>471.685,40</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	954.445,78	1.070.100,83	0,00
ADMINISTRAÇÃO	97.193,25	91.721,91	0,00
Despesas Correntes	95.751,45	90.054,11	0,00
Despesas de Capital	1.441,80	1.667,80	0,00
PREVIDÊNCIA	857.252,53	978.378,92	0,00
Pessoal Civil	857.252,53	978.378,92	0,00
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>954.445,78</b>	<b>1.070.100,83</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>441.822,36</b>	<b>628.956,99</b>	<b>471.685,40</b>

<b><u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u></b>	2010	2011	2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE:

Tabela 8 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2014

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
	(a)		(b)		(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício anterior) + (c)	
2013	R\$	1.827.467,42	R\$	2.861.395,83	R\$	(1.033.928,41)	
2014	R\$	1.773.505,97	R\$	3.179.298,02	R\$	(1.405.792,05)	R\$ (1.405.792,05)
2015	R\$	1.690.071,19	R\$	3.628.403,42	R\$	(1.938.332,23)	R\$ (3.344.124,28)
2016	R\$	1.589.800,87	R\$	4.146.418,70	R\$	(2.556.617,83)	R\$ (5.900.742,11)
2017	R\$	1.476.908,84	R\$	4.729.297,93	R\$	(3.252.389,09)	R\$ (9.153.131,20)
2018	R\$	1.404.392,36	R\$	5.102.019,11	R\$	(3.697.626,75)	R\$ (12.850.757,95)
2019	R\$	1.340.366,89	R\$	5.426.651,30	R\$	(4.086.284,41)	R\$ (16.937.042,36)
2020	R\$	1.255.984,34	R\$	5.840.607,38	R\$	(4.584.623,04)	R\$ (21.521.665,40)
2021	R\$	1.190.910,84	R\$	6.157.327,39	R\$	(4.966.416,55)	R\$ (26.488.081,95)
2022	R\$	1.150.570,36	R\$	6.348.536,22	R\$	(5.197.965,86)	R\$ (31.686.047,81)
2023	R\$	1.109.953,56	R\$	6.534.202,60	R\$	(5.424.249,04)	R\$ (37.110.296,85)
2024	R\$	1.069.584,99	R\$	6.715.308,50	R\$	(5.645.723,51)	R\$ (42.756.020,36)
2025	R\$	1.025.257,51	R\$	6.904.785,15	R\$	(5.879.527,64)	R\$ (48.635.548,00)
2026	R\$	1.001.566,77	R\$	6.984.651,91	R\$	(5.983.085,14)	R\$ (54.618.633,14)
2027	R\$	996.268,10	R\$	6.979.088,95	R\$	(5.982.820,85)	R\$ (60.601.453,99)
2028	R\$	977.282,02	R\$	7.024.365,69	R\$	(6.047.083,67)	R\$ (66.648.537,66)
2029	R\$	944.444,10	R\$	7.130.349,63	R\$	(6.185.905,53)	R\$ (72.834.443,19)
2030	R\$	924.272,63	R\$	7.166.822,08	R\$	(6.242.549,45)	R\$ (79.076.992,64)
2031	R\$	909.510,15	R\$	7.166.653,32	R\$	(6.257.143,17)	R\$ (85.334.135,81)
2032	R\$	879.552,90	R\$	7.226.291,35	R\$	(6.346.738,45)	R\$ (91.680.874,26)
2033	R\$	857.755,94	R\$	7.235.124,14	R\$	(6.377.368,20)	R\$ (98.058.242,46)
2034	R\$	834.503,54	R\$	7.245.998,80	R\$	(6.411.495,26)	R\$ (104.469.737,72)
2035	R\$	819.036,55	R\$	7.209.880,38	R\$	(6.390.843,83)	R\$ (110.860.581,55)
2036	R\$	797.862,33	R\$	7.184.862,40	R\$	(6.387.000,07)	R\$ (117.247.581,62)
2037	R\$	771.850,43	R\$	7.165.095,51	R\$	(6.393.245,08)	R\$ (123.640.826,70)
2038	R\$	755.722,06	R\$	7.095.353,99	R\$	(6.339.631,93)	R\$ (129.980.458,63)
2039	R\$	736.581,10	R\$	7.023.786,84	R\$	(6.287.205,74)	R\$ (136.267.664,37)
2040	R\$	714.453,10	R\$	6.950.102,53	R\$	(6.235.649,43)	R\$ (142.503.313,80)
2041	R\$	701.887,21	R\$	6.825.041,39	R\$	(6.123.154,18)	R\$ (148.626.467,98)
2042	R\$	684.978,18	R\$	6.703.604,68	R\$	(6.018.626,50)	R\$ (154.645.094,48)
2043	R\$	670.461,31	R\$	6.559.092,43	R\$	(5.888.631,12)	R\$ (160.533.725,60)
2044	R\$	651.511,88	R\$	6.417.976,88	R\$	(5.766.465,00)	R\$ (166.300.190,60)
2045	R\$	631.516,80	R\$	6.266.552,45	R\$	(5.635.035,65)	R\$ (171.935.226,25)
2046	R\$	610.503,79	R\$	6.105.037,95	R\$	(5.494.534,16)	R\$ (177.429.760,41)
2047	R\$	591.997,29	R\$	5.919.972,88	R\$	(5.327.975,59)	R\$ (182.757.736,00)
2048	R\$	572.550,83	R\$	5.725.508,29	R\$	(5.152.957,46)	R\$ (187.910.693,46)
2049	R\$	552.204,96	R\$	5.522.049,55	R\$	(4.969.844,59)	R\$ (192.880.538,05)
2050	R\$	531.022,62	R\$	5.310.226,17	R\$	(4.779.203,55)	R\$ (197.659.741,60)
2051	R\$	509.077,34	R\$	5.090.773,37	R\$	(4.581.696,03)	R\$ (202.241.437,63)
2052	R\$	486.466,20	R\$	4.864.662,04	R\$	(4.378.195,84)	R\$ (206.619.633,47)
2053	R\$	463.268,66	R\$	4.632.686,63	R\$	(4.169.417,97)	R\$ (210.789.051,44)
2054	R\$	439.568,41	R\$	4.395.684,09	R\$	(3.956.115,68)	R\$ (214.745.167,12)
2055	R\$	415.472,74	R\$	4.154.727,41	R\$	(3.739.254,67)	R\$ (218.484.421,79)
2056	R\$	391.102,07	R\$	3.911.020,66	R\$	(3.519.918,59)	R\$ (222.004.340,38)
2057	R\$	366.566,69	R\$	3.665.666,51	R\$	(3.299.099,86)	R\$ (225.303.440,24)
2058	R\$	341.988,31	R\$	3.419.883,12	R\$	(3.077.894,81)	R\$ (228.381.335,05)
2059	R\$	317.488,97	R\$	3.174.889,73	R\$	(2.857.400,76)	R\$ (231.238.735,81)
2060	R\$	293.206,56	R\$	2.932.065,59	R\$	(2.638.859,03)	R\$ (233.877.594,84)
2061	R\$	269.267,82	R\$	2.692.678,19	R\$	(2.423.410,37)	R\$ (236.301.005,21)
2062	R\$	245.813,42	R\$	2.458.134,21	R\$	(2.212.320,79)	R\$ (238.513.326,00)
2063	R\$	223.012,30	R\$	2.230.122,99	R\$	(2.007.110,69)	R\$ (240.520.436,69)
2064	R\$	201.001,07	R\$	2.010.010,72	R\$	(1.809.009,65)	R\$ (242.329.446,34)
2065	R\$	179.876,06	R\$	1.798.760,60	R\$	(1.618.884,54)	R\$ (243.948.330,88)



2066	R\$	159.726,43	R\$	1.597.264,26	R\$	(1.437.537,83)	R\$	(245.385.868,71)
2067	R\$	140.645,97	R\$	1.406.459,69	R\$	(1.265.813,74)	R\$	(246.651.682,43)
2068	R\$	122.750,67	R\$	1.227.506,72	R\$	(1.104.756,05)	R\$	(247.756.438,48)
2069	R\$	106.153,80	R\$	1.061.538,01	R\$	(955.384,21)	R\$	(248.711.822,69)
2070	R\$	90.948,37	R\$	909.483,71	R\$	(818.535,34)	R\$	(249.530.358,03)
2071	R\$	77.197,16	R\$	771.971,62	R\$	(694.774,46)	R\$	(250.225.132,49)
2072	R\$	64.934,63	R\$	649.346,32	R\$	(584.411,69)	R\$	(250.809.544,18)
2073	R\$	54.163,85	R\$	541.638,46	R\$	(487.474,61)	R\$	(251.297.018,79)
2074	R\$	44.844,88	R\$	448.448,79	R\$	(403.603,91)	R\$	(251.700.622,70)
2075	R\$	36.884,73	R\$	368.847,26	R\$	(331.962,53)	R\$	(252.032.585,23)
2076	R\$	30.153,59	R\$	301.535,92	R\$	(271.382,33)	R\$	(252.303.967,56)
2077	R\$	24.509,06	R\$	245.090,58	R\$	(220.581,52)	R\$	(252.524.549,08)
2078	R\$	19.825,42	R\$	198.254,17	R\$	(178.428,75)	R\$	(252.702.977,83)
2079	R\$	15.975,68	R\$	159.756,78	R\$	(143.781,10)	R\$	(252.846.758,93)
2080	R\$	12.825,46	R\$	128.254,63	R\$	(115.429,17)	R\$	(252.962.188,10)
2081	R\$	10.255,07	R\$	102.550,68	R\$	(92.295,61)	R\$	(253.054.483,71)
2082	R\$	8.172,15	R\$	81.721,52	R\$	(73.549,37)	R\$	(253.128.033,08)
2083	R\$	6.486,85	R\$	64.868,46	R\$	(58.381,61)	R\$	(253.186.414,69)
2084	R\$	5.109,21	R\$	51.092,14	R\$	(45.982,93)	R\$	(253.232.397,62)
2085	R\$	3.978,37	R\$	39.783,74	R\$	(35.805,37)	R\$	(253.268.202,99)
2086	R\$	3.065,01	R\$	30.650,08	R\$	(27.585,07)	R\$	(253.295.788,06)
2087	R\$	2.344,27	R\$	23.442,66	R\$	(21.098,39)	R\$	(253.316.886,45)

## LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

CÓDIGO	RECEITA	REALIZADO										Previsão para 2013	2014	2015	2016
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016						
10000000	RECEITAS CORRENTES	25.462.976	29.813.279	37.208.776	39.044.677	41.090.761	43.578.962	47.326.494	50.114.053						
11000000	RECEITA TRIBUTÁRIA	346.328	2.794.678	3.645.593	1.677.522	1.703.846	354.330	387.281	421.161						
11100000	IMPOSTOS	326.711	2.643.135	3.634.411	1.670.361	1.696.041	345.822	378.008	413.189						
11120000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	169.559	352.185	326.287	285.332	311.017	345.822	378.008	413.189						
11120200	IMPOSTO SOBRE A PROPR. PRE	0	4.064	182	73	80	89	97	106						
11120400	IMPOSTO SOBRE A RENDA E P	169.559	342.131	325.375	284.053	309.618	344.273	376.314	411.338						
11120431	IMP DE RENDA RET.NAS FONTE	95.189	249.621	210.089	184.433	201.032	223.533	244.337	267.077						
11120434	IMP DE RENDA RET.NAS FONTE	74.369	92.510	115.286	99.620	108.586	120.740	131.977	144.260						
11120800	IMP.S/TRANSMISSÃO "INTER VI	0	5.990	731	1.205	1.314	1.461	1.597	1.746						
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO	157.153	2.290.950	3.308.124	1.385.029	1.385.029	0	0	0						
11130500	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS D	157.153	2.290.950	3.308.124	1.385.029	1.385.029	0	0	0						
11130501	IMPOSTO SOBRE SERV.DE QUA	0	0	0	0	0	0	0	0						
11130502	IMPOSTO SOBRE SERV.DE QUA	0	0	0	0	0	0	0	0						
11130503	ISSQN - SNA - SIMPLES NACION	0	0	0	0	0	0	0	0						
11200000	TAXAS	19.617	151.543	11.182	7.161	7.805	8.508	9.273	7.972						
11210000	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO P	19.614	151.543	8.709	1.513	1.649	1.798	1.959	0						
11211700	TAXA DE FISCAL DE VIGILÂNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0						
11212500	TAXA DE LICENÇA P/FUNC. DE B	0	0	0	0	0	0	0	0						
11212600	TAXA DE PUBLICIDADE COMERC	0	0	0	0	0	0	0	0						
11212900	TAXA DE LICENÇA PARA FUNC.	0	0	0	0	0	0	0	0						

R\$1,00



13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS	190.356	164.698	253.265	299.995	202.850	311.934	345.467	382.605
13250100	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS	0	0	0	0	0	0	0	0
13250102	REC. DE REMUNER. DE DEPOSIT	0	0	0	0	0	0	0	0
13250103	REC. DE REMUN. DE DEP. BANC. D	0	0	0	0	0	0	0	0
13250106	REC. DE REMUN. DE DEP. BANC. D	0	0	0	0	0	0	0	0
13250109	REC. DE REMUN. DE DEP. BANC. D	0	0	0	0	0	0	0	0
17250110	REC. DE REMUN. DE DEP. BANC. D	0	0	0	0	0	0	0	0
13250111	2REC. DE REMUN. DE DEP. BANC.	0	0	0	0	0	0	0	0
13250112	REC. DE REMUN. DE DEP. BANC. D	0	0	0	0	0	0	0	0
13250199	REC. REM DE DEP. BANCARIOS D	190.356	164.698	253.265	299.995	202.850	311.934	345.467	382.605
13900000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIA	0	0	0	0	0	0	0	0
13900000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIA	0	0	0	0	0	0	0	0

16000000	RECEITA DE SERVIÇOS	97.596	377.065	331.079	353.283	385.079	0	0	0
----------	---------------------	--------	---------	---------	---------	---------	---	---	---

160000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	97.596	377.065	331.079	353.283	385.079	0	0	0
--------	--------------------------	--------	---------	---------	---------	---------	---	---	---

17000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.265.756	25.813.725	32.387.909	36.464.288	38.546.492	42.622.112	46.276.959	48.964.938
----------	--------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17200000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOV	24.245.139	25.800.003	32.387.909	36.246.376	38.546.492	42.622.112	46.276.959	48.964.938
----------	-------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17210000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	18.802.071	19.677.654	24.301.858	27.641.463	29.229.238	32.395.555	35.130.012	36.814.766
----------	-------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17210100	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA	7.774.941	8.355.050	10.172.709	10.458.346	11.399.597	12.675.531	13.816.409	14.508.453
----------	----------------------------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17210102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PA	7.764.693	8.341.492	10.154.237	10.436.901	11.376.223	12.649.540	13.787.999	14.477.399
----------	---------------------------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17210105	COTA-PARTE IMP. SOBRE A PH	10.248	13.558	18.472	21.445	23.375	25.991	28.410	31.054
----------	----------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

17212200	TRANSF. DA COMPEN. FINANC. F	8.546.637	8.838.896	11.396.092	14.140.149	15.412.763	17.260.942	18.814.999	19.764.518
----------	------------------------------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17212220	COTA - PARTE DA COMPEN. FIN	0	0	0	0	0	0	0	0
----------	-----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

17212230	Cota-parte Royalties pela Comp	8.467.632	8.739.735	11.268.170	13.986.461	15.245.242	17.074.672	18.611.392	19.541.962
----------	--------------------------------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

17212270	COTA-PARTE DO FUNDO ESPEC	79.005	99.161	127.922	153.688	167.520	186.271	203.607	222.556
----------	---------------------------	--------	--------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

17213300	TRANSFER. DE RECUR. DO SIST	1.559.159	1.634.985	1.838.459	2.033.217	2.033.217	2.033.217	2.033.217	2.033.217
----------	-----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------



17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EX	2.622	3.316	4.958	4.081	4.448	4.849	5.285	5.761
17220113	COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO	21.095	38.995	46.390	24.570	26.782	29.192	31.819	34.683
17220199	OUTRAS PARTICIPAÇÕES DO E	0	0	0	0	0	0	0	0
17223300	TRANSFERÊNCIA DE RECURSO	224.478	0	0	0	0	0	0	0
17223307	PROGRAMA SAÚDE EM CASA	0	0	0	0	0	0	0	0
17223399	TRANSF.RECURSOS DO ESTAD	224.478	0	0	0	0	0	0	0
17229900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO	39.297	35.717	76.638	44.843	0	0	0	0
17229901	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO	39.297	35.717	76.638	44.843	0	0	0	0
17229902	TRANSPORTE ESCOLAR- A CAM	0	0	0	0	0	0	0	0
17240000	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOV	4.065.669	4.529.692	6.042.033	6.189.476	6.746.529	7.353.716	8.015.551	8.736.950
17240100	TRANSFERÊNCIA DE RECURSO	4.065.669	4.529.692	6.042.033	6.189.476	6.746.529	7.353.716	8.015.551	8.736.950
17310000	TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇ	0	0	0	0	0	0	0	0
17510000	TRANSFERÊNCIA A PESSOA	0	0	0	0	0	0	0	0
1760000	TRANSF.DE CONVÊNIOS	0	0	0	12.132	0	0	0	0
17610200	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINAO AO PROG. DE EDU	0	0	0	0	0	0	0	0
17610300	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO	0	0	0	0	0	0	0	0
17619900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE	0	0	0	12.132	0	0	0	0
17620000	TRANSF. DE CONV. DOS ESTAD	20.617	13.721	0	217.912	0	0	0	0
17620201	PRAGRAMA A CAMINHO DA ESC	0	0	0	0	0	0	0	0
17629900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE	20.617	13.721	0	217.912	0	0	0	0
17500000	TRANSFERÊNCIA A PESSOA	0	0	0	0	0	0	0	0
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.100	74.078	23.749	17.942	0	15.368	16.798	18.361
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	8.427	0	138	131	0	0	0	0

19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DO	8.427	0	16	131	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19113800	MULTAS E JUROS DE MORA DO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19113900	MULTAS E JUROS IMP. TRANSF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19114000	MULTAS E JUROS DE MORA SO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19119901	MULTA E JURO DE MORA DE OL	8.427	0	16	131	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

19130000	MULTAS E JUROS DE MORA DA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19131100	MULTAS E JUROS DE MORA DA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19131200	MULTAS E JUROS DE MORA DA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19131300	MULTAS E JUROS DE MORA DA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0	0	122	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19199900	OUTRAS MULTAS	0	0	122	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

19200000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇOE	0	6.159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
----------	----------------------------	---	-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

19210000	INDENIZAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19219900	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

19220000	RESTITUIÇÕES	0	6.159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0	6.159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0	0	3.092	5.132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
----------	-------------------------	---	---	-------	-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

19310000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TR	0	0	3.092	5.132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19311100	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19311200	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19311300	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19319900	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE Q	0	0	3.092	5.132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

19900000	RECEITAS DIVERSAS	82.673	67.919	20.519	12.679	0	15.368	16.798	18.361						
----------	-------------------	--------	--------	--------	--------	---	--------	--------	--------	--	--	--	--	--	--

19909900	OUTRAS RECEITAS	82.673	67.919	20.519	12.679	0	15.368	16.798	18.361						
----------	-----------------	--------	--------	--------	--------	---	--------	--------	--------	--	--	--	--	--	--





24710000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	196.515	250.249	731.641	1.100.000	1.100.000	750.000	750.000
24710100	TRANSF. DE CONVÊNIO DA UNI	0	0	0	0	500.000	500.000	150.000	150.000
24710200	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000
24710300	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	0	0	0	0
24710400	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	0	0	0	0
24710500	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	300.000	300.000	300.000	300.000
24710600	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000
24719900	OUTRAS TRANSF. DE CONVÊNIO	0	196.515	250.249	731.641	100.000	100.000	100.000	100.000
24720000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	5.071	0	29.700	100.000	550.000	550.000	550.000
24720100	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	150.000	150.000	150.000	150.000
24720200	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000
24720300	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	0	0	0	0
24720400	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	0	0	0	0
24720500	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊN	0	0	0	0	200.000	200.000	200.000	200.000
24729900	OUTRAS TRANSF DE CONVÊNIO	0	5.071	0	29.700	100.000	100.000	100.000	100.000
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	202.954	0	0	0	0	0	0	0
90000000	DEDUÇÃO DA RECEITA PARA F	1.708.265	1.905.870	2.333.551	2.471.014	2.784.033	3.098.638	3.377.515	3.571.188
97000000	DEDUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA	1.708.265	1.905.870	2.333.551	2.471.014	2.784.033	3.098.638	3.377.515	3.571.188
97200000	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCI	0	0	0	0	0	0	0	0
97210000	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCI	1.489.759	1.602.281	1.949.354	2.004.236	2.275.245	2.529.908	2.757.600	2.895.480
97210100	DEDUÇÃO DAS RECEITAS DE TR	1.489.759	1.602.281	1.949.354	2.004.236	2.275.245	2.529.908	2.757.600	2.895.480
97210102	DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM	1.486.780	1.598.524	1.944.608	1.998.692	0	2.529.908	2.757.600	2.895.480
97210105	DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITR F	2.049	2.711	3.694	4.289	4.675	5.198	5.682	6.211
97213600	DEDUÇÃO DE REC.PARA FORMI	930	1.046	1.052	1.256	1.369	1.492	1.627	1.773
97220000	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCI	218.506	303.589	384.198	466.777	508.789	568.730	619.915	675.708
97220100	DEDUÇÃO DAS RECEITAS DE TR	218.506	303.589	384.198	466.777	508.789	568.730	619.915	675.708

97220101	DEDUÇÃO DE REC. P/FORMAÇÃO	202.060	280.940	355.727	432.728	471.673	528.274	575.819	627.643
97220102	DEDUÇÃO DE RECEITA DE IPVA	15.921	21.986	27.480	33.233	36.225	39.486	43.039	46.913
97220104	DEDUÇÃO DE REC. PARA FORM	524	663	992	816	890	970	1.057	1.152

70000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-D	398.206	783.180	985.178	471.685				
----------	----------------------------	---------	---------	---------	---------	--	--	--	--

<b>TOTAL GERAL R\$</b>	<b>24.355.871</b>	<b>28.892.176</b>	<b>36.110.652</b>	<b>37.806.690</b>	<b>39.506.727</b>	<b>42.130.325</b>	<b>45.248.978</b>	<b>47.842.865</b>
------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

<b>Arredondamento</b>	<b>96.000.000</b>	<b>108.000.000</b>	<b>108.000.000</b>	<b>108.000.000</b>	<b>118.000.000</b>
-----------------------	-------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Receita Corrente Líquida R\$	23.754.711	27.907.409	34.875.225	36.573.663	38.306.727	40.480.325	43.948.978	46.542.865
------------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

CALCULO PARA 25%	2.301.741	3.130.339	3.933.346	3.617.253	3.911.607	3.968.116	4.325.532	4.577.261
------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

GASTOS COM 60% FUNDEB	2.439.401	2.717.815	3.625.220	3.713.686	4.047.917	4.412.230	4.809.330	5.242.170
-----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil - Julho/2011.

Período	Índice	Banda	Projeção do PIB Nacional (%)			Meta Taxa Selic (%) - Média Top-5	
			Período	Índice	Banda	Período	Índice
2011	5,90	-	2011	4,50	-	2010	11,21
2012	5,80	-	2012	4,50	-	2011	10,75
2013	6,00	2,00	2013	4,50	2,00		
2014	6,00	2,00	2014	4,50	2,00		
2015	6,00	2,00	2015	4,50	2,00		
2016	6,00	2,00	2016	4,50	2,00		

Receita Tributária		
Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	3.645.593	
2012	1.677.522	-53,98
2013	1.703.846	1,57
2014	354.330	-79,20
2015	387.281	9,30

2016	421.161	8,75
------	---------	------

Nota: Projeção conforme Relatório FOCUS do BCB e mudanças na legislação municipal.

**Cota-Parte do FPM**

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	10.154.237	
2012	10.436.901	2,78
2013	11.376.223	9,00
2014	12.649.540	11,19
2015	13.787.999	9,00
2016	14.477.399	5,00

Nota: Projeção conforme Relatório FOCUS do BCB

**Cota-Parte ICMS**

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	1.778.633	
2012	2.163.640	21,65
2013	2.358.367	9,00
2014	2.641.371	12,00
2015	2.879.095	9,00
2016	3.138.213	9,00

Nota: Projeção conforme Relatório FOCUS do BCB

**Transferências de Recursos do FUNDEB**

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	6.042.033	
2012	6.189.476	2,44
2013	6.746.529	9,00
2014	7.353.716	9,00
2015	8.015.551	9,00
2016	8.736.950	9,00

Nota: Projeção conforme Coeficiente de Distribuição - Portaria Interministerial nº. 1.227/2009

Transferências União - FNS

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	1.838.459	
2012	2.033.217	10,59
2013	2.033.217	0,00
2014	2.033.217	0,00
2015	2.033.217	0,00
2016	2.033.217	0,00

Nota: Projeção conforme Portarias do FNS (Obs.: Exercício de 2011 - Implantação de 4 ESF, 4 ESB, 3 Eq ACS)

**Transferências União - FNDE**

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	573.241	
2012	657.768	14,75
2013	0	-100,00
2014	0	#DIV/0!
2015	0	#DIV/0!
2016	0	#DIV/0!

Nota: Projeção conforme Portarias do FNDE

**Outras Receitas Correntes**

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	23.749	
2012	17.942	-24,45
2013	0	-100,00
2014	15.368	#DIV/0!
2015	16.798	9,31
2016	18.361	9,31

Nota: Projeção conforme projeção do Relatório FOCUS do BCB

**Receitas de Capital**

Metas Anuais	VLR NOMINAL	VARIACÃO %
2011	250.249	
2012	761.341	204,23
2013	1.200.000	57,62

2014	1.650.000		37,50
2015	1.300.000		-21,21
2016	1.300.000		0,00

Nota: A Receita de Capital depende da captação de recursos Federais e Estaduais.

#### Memória de Cálculo

Rec. Tributária/ Rec. de Contribuições/ Rec. de Serviços: Considerou-se a previsão do PIB Nacional e a variação do IPCA/BGE.  
 Receita Patrimonial: Considerou-se a previsão da Taxa Selic conforme Relatório do BCB.  
 Transferências Constitucionais: Considerou-se a previsão do PIB Nacional e a variação do IPCA/BGE.  
 Transferências do FNS: Considerou-se o aumento devido as implantação de novas equipes de ESB, ACS, ESF.  
 Transferências do FNAS: Considerou-se a previsão do PIB Nacional e a variação do IPCA/BGE  
 Transferências do FNDE: Considerou-se a previsão publicada pelo FNDE e aumento de matrículas.  
 Outras Receitas Correntes: Considerou-se a previsão do PIB Nacional e a variação do IPCA/BGE  
 Receitas de Capital: Estimativa de captação de recursos de convênio com a União e o Estado de MG.